

**FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE TÊNIS DE MESA**

AS
NCU

Contrato n.º 006/2017

**Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo
Entre Federação Portuguesa de Ténis de Mesa e Associação de Ténis de Mesa da Ilha das Flores**

É celebrado o presente contrato, entre:

A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TÊNIS DE MESA, pessoa coletiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, concedido através de Despacho n.º 55/93, de 29 de novembro, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 288, de 11 de dezembro, com sede na Rua Padre Luis Aparício, 9 - 5o, 1150-248 LISBOA, NIPC 501547584, aqui representada por Pedro Miguel Gaspar Dias Moura, na qualidade de Presidente, adiante designada por 1.º OUTORGANTE.;

E

A ASSOCIAÇÃO DE TÊNIS DE MESA DA ILHA DAS FLORES, pessoa coletiva de direito privado, com sede na Edifício Siturflor, Rua da Terça, Apartado 17 9970-265 Santa Cruz das Flores, NIPC 512032599, aqui representada por Raimundo Fernando Furtado Lima na qualidade de Presidente, adiante designada por 2.º OUTORGANTE.;

Considerando:

- a) Que a **Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro** (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto)
- Define a orientação base do desenvolvimento da atividade física e desporto;
 - Estabelece o novo modelo de organização das Federações desportivas, Associações territoriais (distritais ou regionais);






**FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE TÊNIS DE MESA**

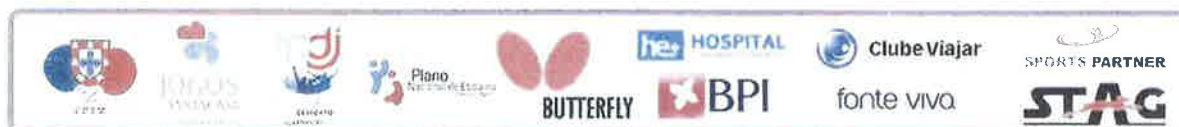
- Determina que estas entidades têm de possuir contabilidade organizada segundo as normas do Plano Oficial de Contabilidade, bem como a obrigatoriedade de cumprimento das obrigações com a Autoridade Tributária e Aduaneira e com a Segurança Social;
 - Estabelece como princípio de financiamento da atividade desportiva os contratos programa de desenvolvimento desportivo.
- b) O disposto no **Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro** – Regime Jurídico dos Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo;
- c) Que a 1ª Outorgante atua na qualidade de Federação Desportiva de uma modalidade desportiva (Ténis de Mesa) com o estatuto de Utilidade Pública Desportiva e que a 2ª Outorgante é uma associação territorial de clubes (vulgo associação distrital ou regional ou de Ilha), estando inscrito como associado efeito junto da 1ª outorgante
- d) Que a Assembleia Geral da 1ª Outorgante de 22 de dezembro de 2016 aprovou os critérios e ponderadores de distribuição das participações financeiras Às Associações no âmbito do desenvolvimento da prática desportiva

É celebrado o presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo que se rege pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª
(Objeto)**

O presente Contrato-Programa tem por objeto a participação ao desenvolvimento desportivo do ténis de mesa no âmbito das competências territoriais do 2ºOUTORGANTE, de acordo com o programa de atividades apresentado ao 1º OUTORGANTE.

**Cláusula 2ª
(Período de execução do programa)**





**FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE TÊNIS DE MESA**

O período de execução do programa objeto de comparticipação financeira ao abrigo do presente contrato-programa termina em 31 de dezembro de 2017.

**Cláusula 3ª
(Comparticipação Financeira)**

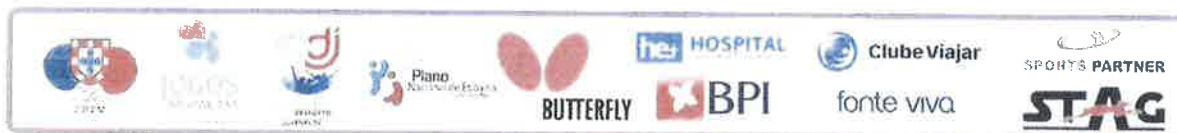
A comparticipação financeira a prestar pelo 1.º OUTORGANTE, ao 2.º OUTORGANTE, para apoio exclusivo à execução do programa referido na cláusula 1.ª, é no montante de 4916,29€.

A alteração dos fins a que se destina a comparticipação financeira prevista neste contrato, só poderá ser feita mediante autorização escrita do 1º Outorgante, com base numa proposta fundamentada do 2º outorgante a apresentar antes do termo da execução do programa apresentado.

**Cláusula 4ª
(Obrigações do 2º Outorgante)**

São deveres do 2º Outorgante:

- Aplicar os apoios atribuídos aos fins a que expressamente se destinam, respeitando as condições e finalidades estabelecidas;
- Consentir o acompanhamento da execução, bem como prestar as informações que venham a ser solicitadas pelo 1º Outorgante, pelo IPDJ, ou por quem para o efeito for designado;
- Organizar e arquivar autonomamente a documentação justificativa da aplicação dos apoios atribuídos pelo 1º Outorgante no âmbito do presente contrato;





**FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE TÊNIS DE MESA**

Handwritten signatures and initials

- d) A entrega do valor referido na Clausula 3ª está sujeita à apresentação por parte do 2º Outorgante do Relatório e Contas de 2016 aprovado em Assembleia Geral e respetiva ata e do Plano de Atividades de 2017 aprovado em Assembleia Geral e respetiva ata.

Cláusula 5ª

(Incumprimento das obrigações do 2º Outorgante)

1. O incumprimento das obrigações referidas na cláusula anterior, por razões não fundamentadas, ou de qualquer obrigação legal em vigor, implicará a suspensão dos apoios por parte do 1º Outorgante.
2. O 2º outorgante deverá restituir ao 1º outorgante as comparticipações financeiras concedidas que não tenham sido aplicadas na execução do programa referido na cláusula 1, sem o devido consentimento do 1º outorgante nos termos da cláusula 3.

Cláusula 6ª

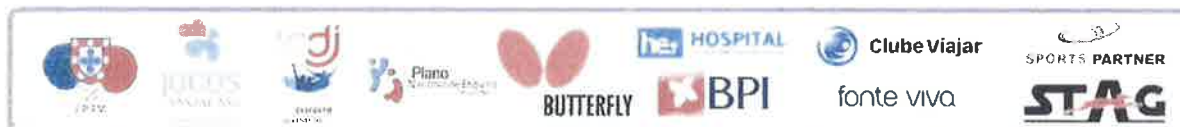
(Obrigações do 1º Outorgante)

São obrigações do 1º outorgante:

- a) Prestar a comparticipação financeira mencionada na cláusula 3;
- b) Colaborar no âmbito das suas competências, e dentro dos recursos disponíveis, a implementação das ações previstas do programa de atividades

Cláusula 7ª

(Publicitação dos apoios)





**FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE TÉNIS DE MESA**

AS

Na

O presente contrato é publicado no sítio da internet do 1º outorgante, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 93/2014, de 23 de junho.

**Cláusula 8ª
(Vigência do Contrato)**

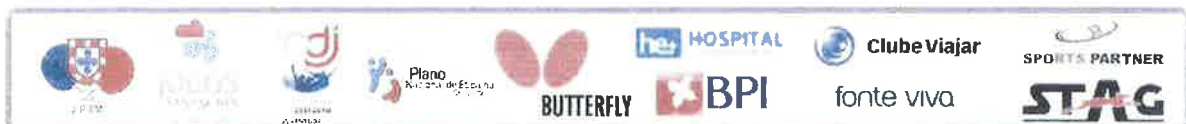
O presente contrato é referente ao ano de 2017, terminando a 31 de dezembro, findo o qual cessará automaticamente, sem prejuízo da sua cessação por qualquer das causas previstas no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

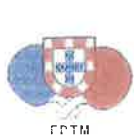
**Cláusula 9ª
(Compromisso arbitral)**

1. Os litígios sobre interpretação, validade ou execução do presente contrato serão dirimidos segundo juízos de equidade, nos termos do artigo 4.º, alínea c) do Código Civil.
2. Caso se frustre a conciliação nos termos do número anterior, submeterão as partes o litígio à arbitragem voluntária prevista nos artigos 180.º e seguintes do Código de Processo dos Tribunais Administrativos, e, subsidiariamente, da Lei sobre Arbitragem Voluntária consagrada na Lei n.º 31/86, de 29 de agosto.

**Cláusula 10ª
(Disposições finais)**

Em tudo o mais e no omissis, regularão as disposições legais em vigor.





**FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE TÊNIS DE MESA**

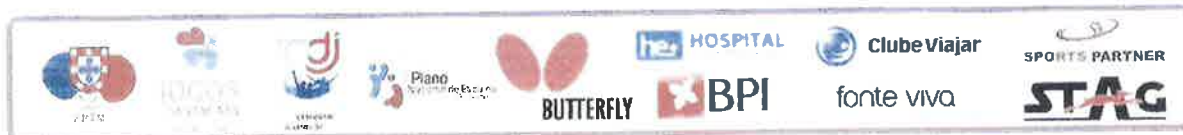
Celebrado em 18 de dezembro de 2017, em 2 folhas, ficando o original na posse do 1º outorgante e cópia na posse do 2º outorgante.

Pelo 1º Outorgante

Pedro Miguel Moura

Pelo 2º Outorgante /

Raimundo Fernando Furtado Lima



FEDERAÇÃO PORTUGUESA